



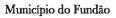
Município do Fundão

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 33/2025 PROCEDIMENTO Nº 38/SC/2025

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: "CONSULTORIA/MENTORIA EMPREENDORISMO DIGITAL – VALES PARA INCUBADORAS"

Na sequência do despacho do Senhor Presidente datado de dezoito de março último, foi lançado um procedimento contratual por Consulta Prévia, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea c) do nº 1 do artigo 20º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, e sucessivas alterações, no uso das suas competências previstas na alínea f) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 98.º do supra referido Código dos Contratos Públicos, foi adjudicado à Segunda Outorgante, por despacho de trinta e um de março último a execução do contrato de prestação de serviços designado por "Consultoria/Mentoria Empreendorismo Digital - Vales para Incubadoras", com as especificações constantes do Caderno de Encargos e do Ofício Convite e de acordo com a proposta apresentada via mail, documentos do inteiro conhecimento e aceite por ambas as partes.-----Após o cumprimento das formalidades legais é celebrado o presente contrato entre os seguintes outorgantes: ------







O Município do Fundão, pessoa coletiva de direito público número 506215695, neste
ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Alexandre Bernardo
Fernandes, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Município, no uso das
competências previstas na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, com as sucessivas alterações, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Le
n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-
Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, lei preambular ao Código dos Contratos Públicos, com as
sucessivas alterações, doravante designado por CCP, doravante designado por Município;
FUN DER GROUND – Consultoria e Comércio em Tecnologia da Informação, Limitada, CNPJ
número 13.812.180/0001-58, com sede em Recife — Brasil, com o correio eletrónico
, neste ato representada por <b>Diego de Camargo Credidio,</b> titular do
cartão de identificação número 2 de que outorga na qualidade da
referida empresa com poderes para o ato, qualidade e poderes que verifiquei através da
certidão de inteiro teor, subscrita pela Junta Comercial do Estado de Pernambuco – Brasil,
documentos apresentados via mail no âmbito do procedimento de contratação
Pelo Primeiro Outorgante foi dito,
PRIMEIRA: O presente Contrato tem por objeto principal o fornecimento designado por
"Consultoria/Mentoria Empreendorismo Digital – Vales para Incubadoras" de acordo com o
previsto no ofício convite, no caderno de encargos e na proposta apresentada pela segunda

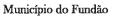
outorgante submetida via plataforma digital. ------



## Município do Fundão

SEGUNDA: 1. Pela execução do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do mesmo, o primeiro outorgante pagará à segunda outorgante a quantia total de 14.195,13 € (Catorze mil cento e noventa e cinco euros e treze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----2. Os pagamentos a efetuar pelo Município têm uma periodicidade e montante determinado de acordo com o disposto na cláusula 9º do Caderno de Encargos. -----3. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária, devendo a segunda outorgante indicar o IBAN para o efeito. ----------------------TERCEIRA: O prazo de execução do contrato é de 2 (dois) meses contínuos, em conformidade com o previsto na proposta apresentada pela segunda outorgante e de acordo com o definido na Clausula 5ª do Caderno de Encargos e mantém-se em vigor até ao termo da obrigação de assistência técnica à respetiva prestação e serviços, em conformidade com o previsto na proposta apresentada pela segunda outorgante e de acordo com o definido no Caderno de Encargos, contados a partir da data de celebração do presente contrato.-----QUARTA: A entidade adjudicante não entendeu necessário promover qualquer ajustamento ao presente procedimento. ------QUINTA: Não é exigida a prestação de caução, em face da reduzida complexidade e expressão financeira dos respetivos contratos, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.-----SEXTA: 1 - O encargo total resultante deste contrato é de 17.460,01 € no qual está incluída a percentagem de vinte e três por cento, respeitante ao IVA. -----2 - O encargo referido no número anterior será satisfeito pela seguinte dotação em vigor e na qual tem cabimento no orçamento: na classificação orgânica 02, na classificação económica 02.02.20, sendo comprometido o valor total no corrente ano, ao qual foi atribuído, os números de cabimento 30937/2025 e compromisso 44194/2025, nos termos do disposto no







artigo 84.º do Dec. Lei n.º 32/2012 e artigo 5º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, ambos
com as sucessivas alterações, estando os encargos cativos na respetiva conta corrente,
conforme se pode verificar pelas competentes fichas de compromisso e cabimento, as quais
se encontram anexas ao presente contrato e dele fazem parte integrante
SÉTIMA: O presente contrato fica dispensado de Fiscalização prévia do Tribunal de Contas,
nos termos do disposto no artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as sucessivas
alterações
OITAVA: 1 - No âmbito da prestação de serviços e em todos os atos que a ele digam respeito
a adjudicatária obedecerá às condições estabelecidas neste contrato, no caderno de encargos
e no ofício convite que se anexam;
2 - Aos casos omissos aplicar-se-ão os preceitos contidos no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29
de janeiro, com as sucessivas alterações, Código dos Contratos Públicos e restante legislação
conexa
NONA: Para a resolução de todos os litígios emergentes deste contrato é competente o
Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com a expressa renúncia a qualquer
outro
DÉCIMA: O Município do Fundão, dando cumprimento ao disposto no artigo 290-Aº do
Código dos Contratos Públicos, designa como gestor do contrato, com a função de
acompanhar permanentemente a execução deste a
nos termos do despacho do Senhor Presidente datado de trinta e um de março último
Pelo representante da segunda outorgante foi dito:
Que a sua representada aceita o presente contrato com todas as suas cláusulas, se obriga ao
seu fiel cumprimento e ao previsto na legislação portuguesa em vigor e que renuncia ao foro
especial



## Município do Fundão

Município do Fundão, 4 de abril de 2025

Presidente da Câmara

(Dr. º Paulo Alexandre Bernardo Fernandes)

Representante

(Diego de Camargo Credidio)

Oficial Público

(Jorge Manuel Brito Estevão, Licº)